

Os efeitos políticos no Brasil dos sete anos iniciais do papa Francisco

André Ricardo de Souza¹
Breno Minelli Batista²

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v13i39.56778>

Resumo: A substituição de Bento XVI por Francisco e os atos deste, em seus sete anos iniciais de pontificado, tiveram significativas repercussões, para além da Igreja Católica mundial. Este artigo, elaborado a partir da consulta sistematizada à bibliografia concernente, bem como da análise de noticiados acontecimentos relevantes, aborda consequências políticas das posturas e atos do papa argentino no Brasil. Toma como foco, evidentemente, o catolicismo nacional, mas, para isso, o contextualiza politicamente no país em contraponto ao segundo grande segmento religioso: o dos evangélicos. A relação dos atores religiosos com as mudanças de presidentes da República, ocorridas nesse período, assim como as implicações do papado de Francisco no atual governo Bolsonaro, são contempladas na análise.

Palavras-chave: Papa Francisco; catolicismo brasileiro; religião e política; governo Bolsonaro.

The political effects in Brazil of Pope Francis' early seven years

Abstract: The replacement of Benedict XVI by Francis and his acts, in his initial seven years of pontificate, had significant repercussions, beyond the world Catholic Church.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1998), mestre e doutor em Sociologia também pela USP (2001 e 2006), tendo concluído pós-doutorado na PUC-SP com apoio da FAPESP (2010). É professor associado do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, onde coordena o Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política (NEREP). Email: anrisouza@uol.com.br.

² Doutorando do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar). Possui pela mesma instituição Mestrado em Sociologia (2017) e Bacharelado em Ciências Sociais (2012). Tem experiência principalmente na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Religião.

This article, elaborated from the systematic consultation of the relevant bibliography, as well as the analysis of reported relevant events, addresses the political consequences of the postures and acts of the Argentine pope in Brazil. The article focuses, of course, on national Catholicism, but, for that purpose contextualizes it politically in the country in contrast to the second major religious segment: the evangelicals. The relationship between religious actors and the changes in presidents of the Republic that occurred during this period, as well as the implications of Francisco's papacy in the current Bolsonaro government, are considered in the analysis.

Keywords: Pope Francis; Brazilian Catholicism; religion and politics; Bolsonaro government.

Los efectos políticos en Brasil de los primeros siete años del Papa Francisco

Resumen: La sustitución de Benedicto XVI por Francisco y sus actos, en sus primeros siete años de pontificado, tuvo repercusiones significativas, más allá de la Iglesia católica mundial. Este artículo, elaborado a partir de la consulta sistemática de la bibliografía pertinente, así como del análisis de hechos relevantes reportados, aborda las consecuencias políticas de las posturas y actos del papa argentino en Brasil. Se centra, por supuesto, en el nacional catolicismo, pero, para ello lo contextualiza políticamente en el país en contraposición al segundo gran segmento religioso: el de los evangélicos. En el análisis se consideran la relación entre los actores religiosos y los cambios de presidentes de la República ocurridos durante este período, así como las implicaciones del papado de Francisco en el actual gobierno de Bolsonaro.

Palabras llave: Papa Francisco; catolicismo brasileño; religión y política; gobierno de Bolsonaro.

Recebido em 19/11/2020 - Aprovado em 04/12/2020

Introdução

Na segunda década do século XXI, o catolicismo mundial viveu algo realmente histórico com a renúncia, em 2013, do papa Bento XVI, algo que não ocorria desde Gregório XII, em 1415. Mais que o término do pontificado de Joseph Ratzinger, chamou atenção, no mesmo ano, a eleição, pela primeira vez, de um jesuíta e não europeu, o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, que adotou o nome *Francisco* - em homenagem ao santo de Assis - e sua postura bastante condizente, com expressivos gestos de simplicidade e solidariedade aos mais pobres, como recomendado a ele pelo amigo

brasileiro, o cardeal dom Cláudio Hummes, logo ao ser eleito no conclave: “Lembre-se dos pobres” (Piqué, 2014; Dantas, 2019; Ribeiro, 2018).

Com gestos importantes, bastante além dos limites da Igreja Católica, Francisco acabou se tornando o principal ator político internacional, havendo nítidos reflexos de suas posturas e ações em determinados países, com destaque para os resultados de eleições presidenciais, respectivamente, na Argentina em 2019, com a vitória do peronista e seu amigo Alberto Fernandez, e na Bolívia, com o êxito de Luis Arce, correligionário de Evo Morales, alguém que manteve relação amistosa com o papa.

Este artigo discute efeitos do pontificado de Bergoglio no Brasil, tomando como foco, evidentemente, o catolicismo nacional, em particular os posicionamentos relevantes dos clérigos nestes sete anos. Em face da relevância demográfica e política dos evangélicos, são discutidos dados pertinentes relacionados a eles, que, como sabemos, constituem o segundo grande grupo devocional do país. Isso se deve ao fato de ter havido, em tal período, bastante controvérsia na vida política brasileira envolvendo, sobretudo, membros desta vertente religiosa, aliados com parte dos católicos, de perfil mais conservador.

Papa Francisco, mundo e Brasil

A primeira viagem pastoral de Francisco fora da Itália foi para protagonizar um evento católico internacional, programado para contar com a participação fundamental de seu antecessor: a 28ª Jornada Mundial da Juventude, ocorrida no Rio de Janeiro entre 23 e 28 de julho de 2013. No Rio, o novo papa foi bastante cordial com a então presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), mas também incentivou os jovens a participarem de manifestações massivas de rua que estavam em ebulição no país³. Inesperadamente, ele decidiu fazer um traslado de helicóptero para uma visita breve ao Santuário Nacional de Aparecida. Ali, além de expressar a devoção à Virgem Negra, Francisco rememorou a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, ocorrida em 2007, quando o então arcebispo de Buenos Aires exerceu grande liderança, se projetando bastante entre seus pares do continente, algo que preparou o salto hierárquico que viria a ocorrer posteriormente (Silva, 2018, p. 56-58; Betiati, 2018, p. 57-60). O papa deixou Aparecida prometendo solenemente retornar quatro anos depois para as comemorações do terceiro centenário da Padroeira do Brasil e deu declarações posteriores ressaltando quão importante fora para ele essa vinda ao país.

³ Tais protestos, vale lembrar, foram liderados inicialmente por jovens contra o aumento de tarifas de transporte público em grandes capitais, tendo se intensificado e passado a abordar outros temas, sobretudo a partir da repressão policial ocorrida em São Paulo em 13 de junho (Ellwanger, 2018).

Como se sabe, Dilma foi reeleita no ano seguinte, mas fez um governo problemático e veio a sofrer, em 2016, um golpe parlamentar, conforme Jinkings (2016, p. 11-14), sendo substituída por seu vice, Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que cumpriu o mandato pelos dois anos seguintes. Em 2017, havia no meio católico, evidentemente, muita expectativa quanto à volta de Francisco, algo que ele, entretanto, se negou a fazer, revelando ter enviado uma carta a Temer na qual afirmava que o país passava por um “momento triste”⁴. Embora a grande imprensa brasileira não tenha noticiado o fato como tal, tratou-se efetivamente de um expressivo posicionamento político do pontífice.

Já durante o governo de extrema direita, de Jair Bolsonaro - eleito em 2018 pelo pequeno Partido Social Liberal, PSL - ocorreu no Vaticano, entre 6 e 27 de outubro de 2019, o Sínodo da Amazônia, evento que reuniu 184 bispos dos nove países abrangidos pelo bioma⁵, para tratar de temas ligados ao meio ambiente e aos povos indígenas, assim como de uma reivindicada permissão para homens casados se tornarem padres e outra para mulheres conduzirem cerimônias enquanto diaconisas. Grandes queimadas provocadas na região amazônica, em agosto, conferiram ainda mais relevância ao encontro internacional católico. Antes dele, o presidente da República e seu ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, manifestaram publicamente a preocupação com a mobilização dos clérigos para o sínodo, interpretado por ambos como ameaça ao pertencimento da Amazônia ao Brasil e, portanto, à soberania nacional. O evento episcopal caracterizou o principal embate entre Bolsonaro e Francisco, que, por outro lado, acabou tendo que aceitar o resultado da assembleia final do sínodo, contrário à sua expectativa quanto à ordenação de homens casados e ao diaconato para mulheres. Uma manifestação prévia e contrária aos dois intentos, do papa emérito Bento XV, teve influência no desfecho⁶.

O embate simbólico entre o papa argentino e o presidente brasileiro teve início antes de este se tornar chefe de Estado e passou também pelo modo como aquele se relacionou com o principal oponente de Bolsonaro: o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Preso na carceragem da Polícia Federal de Curitiba em 7 de abril de 2018, devido a forçosas acusações de corrupção - e sem poder disputar as eleições presidenciais de então - Lula recebeu a visita de representantes de diversos segmentos religiosos, sendo

⁴ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/20/opinion/1492709151_409124.html; acesso em: 09/09/2020.

⁵ São eles: Peru, Colômbia, Equador, Bolívia, Guiana, Venezuela, Guiana Francesa. O Brasil abrange a maior parte: 60%, envolvendo os estados: Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso.

alguns não sacerdotes (Lopes, 2019). Mas nenhuma visita com tal perfil causou controvérsia quanto, em 11 de junho daquele ano, a do advogado argentino Juan Grabois, consultor do Pontifício Conselho Justiça e Paz do Vaticano, que, embora informalmente, falava em nome do papa. Grabois foi impedido de visitar, segundo a Polícia Federal, por não ser padre, mas conseguiu fazer chegar ao líder político de esquerda um rosário bento e enviado por Francisco⁷ Um mês antes, o pontífice havia remetido uma carta de solidariedade a Lula. E em 13 de fevereiro de 2020, quatro meses após deixar a prisão, Lula visitou Francisco no Vaticano gerando imagens expressivas⁸, tendo sido algo intermediado pelo peronista presidente argentino Alberto Fernandez, eleito em outubro de 2019⁹.

A liderança política mundial de Francisco, com caráter bastante progressista, se acentuou após a eleição presidencial, em 2016, do republicano Donald Trump nos Estados Unidos, país que o pontífice visitara um ano antes, após passar por Cuba, também em missão diplomática entre ambos os territórios nacionais. Enquanto Trump teve como principal bandeira de campanha o muro anti-imigração entre seu país e o México, o papa defendeu estabelecer “pontes” entre nações e indivíduos diferentes¹⁰ Também em 2015, Francisco foi recebido na Bolívia pelo então presidente Evo Morales para participar, entre 5 e 13 de julho, do II Encontro Mundial dos Movimentos

⁶ Disponível em <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-12/papa-barra-ordenacao-de-homens-casados-na-amazonia.html>; acesso: 05/07/2020.

⁷ Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/06/12/verificamos-papa-terco/>; acesso em 10/08/2020.

⁸ Os dois aparecem, em diversos veículos de imprensa, num vídeo, se cumprimentando e conversando, sentados. Numa foto, estão sorridentes apertando as mãos e na outra, o papa está com a mão na cabeça de Lula, dando uma bênção.

⁹ Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-se-encontra-com-papa-francisco-no-vaticano,70003196520>; acesso em 17/08/2020.

¹⁰ Em 24 de setembro de 2015, Bergoglio se tornou o primeiro chefe da Igreja Católica a discursar no Congresso dos Estados Unidos, onde, sem mencionar Cuba, elogiou o diálogo entre países para superar “diferenças históricas”, bem como pregou o fim do comércio de armas e da pena de morte, além de defender o combate ao aquecimento global e a abertura nacional a imigrantes. Tal discurso contrário à campanha do então candidato Trump e à política que ele implementaria depois, foi feito pelo pontífice na frente do então vice-presidente democrata Joe Biden que viria vencer Donald Trump nas eleições de 2020. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2015/09/24/interna_internacional,691546/papa-francisco-faz-discurso-historico-no-congresso-dos-estados-unidos.shtml; acesso em: 05/10/2020

Populares, evento no qual fez um discurso eloquente ressaltando contradições do capitalismo em sua fase neoliberal¹¹.

No âmbito estritamente eclesial, o pontífice teve atos bastante expressivos, em consonância com o cristianismo da libertação (Löwy, 2000). Recebeu no Vaticano, em 2013, o padre peruano Gustavo Gutiérrez, pioneiro na disseminação da Teologia da Libertação (Gutierrez, 2000). E cinco anos depois, canonizou dom Oscar Romero, o arcebispo salvadorenho assassinado em 1980 por militares de seu país, enquanto celebrava uma missa (Bingemer, 2012). Ambos os clérigos simbolizam muito essa latino-americana vertente católica. Outra canonização marcante foi a do papa João XXIII, que Francisco, com bastante diplomacia, realizou junto com a do conservador papa João Paulo II, em 2014.

O catolicismo brasileiro em face do papa argentino

Durante os sete primeiros anos de Francisco, houve uma grande efeméride católica mundial e outras duas latino-americanas. Trata-se dos cinquenta anos do Concílio Vaticano II (1962-1965), da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, acontecida em Medellín, Colômbia (1968) e dos quarenta anos da terceira edição dessa reunião continental de bispos, ocorrida em Puebla, México (1979). Tais marcos episcopais ensinaram balanços.

O Vaticano II significou adaptação da igreja, em grande medida, ao processo de secularização que tem como cerne a incorporação pelo indivíduo moderno de outras fontes de orientação de conduta para além da religião, sobremaneira a ciência (Prandi, Santos, 2015). Aquela grande reunião em Roma gerou inovações de interpretação doutrinária, que, por sua vez, propiciaram o surgimento das duas faces destacadas do catolicismo brasileiro contemporâneo: por um lado, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); e, por outro, a Renovação Carismática Católica - RCC (Löwy, 2000; Prandi, 1997). Nos anos 1980, as CEBs e as pastorais sociais exerceriam papel relevante na formação de movimentos sociais e na reabertura democrática, porém começariam a entrar em refluxo, já no pontificado de João Paulo II (Prandi; Souza, 1996). A RCC, por sua vez, começava a se dinamizar através de novas comunidades e recursos de comunicação massiva, gerando desdobramentos midiáticos (Souza, 2005; Camurça; Carranza; Mariz, 2009).

Por sua vez, as duas conferências episcopais latino-americanas buscaram ratificar a afirmação conciliar da valorização dos leigos e do chamado princípio da colegialidade

¹¹ Disponível em <https://www.cnb.org.br/confira-a-integra-do-discurso-do-papa-francisco-no-encontro-mundial-dos-movimentos-populares/>; acesso em: 30/09/2020.

com busca de alguma democratização das decisões na igreja. Medellín, realizada durante o ápice do regime militar no Brasil, deu respaldo institucional e importante impulso à proliferação de CEBs e pastorais sociais (Tamayo, 2018). Por sua vez, Puebla, ocorrida durante o pontificado não mais de Paulo VI, mas sim de João Paulo II, deu certa continuidade a essa perspectiva, embora expressando disputas entre o papa, junto com os bispos da Cúria Romana, e os prelados latino-americanos, assim como entre os teólogos conservadores e aqueles afinados com o catolicismo da libertação (Passos, 2019).

Em 2015, Francisco publicou aquela que é, verdadeiramente, sua primeira carta encíclica¹², intitulada: *Laudato Si: sobre o Cuidado da Casa Comum*, na qual reverencia São Francisco de Assis, ressalta a necessidade de conter o aquecimento global e também critica a grande desigualdade, própria do capitalismo neoliberal, chamado por ele de “sistema mundial atual” (Löwy, 2020). Para a escrita do documento, sobremaneira nos aspectos ambientais, contou com colaboração informal, mediante correspondências, do teólogo Leonardo Boff¹³. O documento serviu de base para que, em 1 de maio de 2019 - emblemático Dia do Trabalhador - o papa anunciasse a convocação para março seguinte de um encontro mundial de jovens, de até 35 anos de idade, junto com ativistas e intelectuais renomados na cidade italiana de Assis¹⁴. Com o propósito de combater a “cultura do descarte” e “realmar a economia”, a reunião internacional da Economia de Francisco acabou sendo adiada para novembro de 2020, em face da pandemia do Covid-19, sendo adaptada para o modo remoto, pelo mesmo motivo.

Tal chamado papal provocou uma mobilização peculiar no Brasil, que formou a que deveria ser a segunda maior comitiva de jovens, após a italiana. Mais que isso, envolveu entidades nacionais voltadas ao cooperativismo autogestionário, à defesa de uma renda mínima para pessoas vulneráveis e à agroecologia (Souza, 2020). Promovendo encontros em dioceses e universidades católicas, embora com pretensão ecumênica, tal mobilização ganhou o nome de Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC), homenageando a santa colaboradora de Francisco de Assis e também reivindicando paridade de gênero¹⁵. Tal nome foi adotado também no país do papa, a Argentina.

¹² Isto porque a anterior, de 2013: *Lumen Fidei*, havia sido escrita, em grande parte, por Bento XVI.

¹³ Disponível em <http://www.observatoriodoclima.eco.br/ecologia-integral-a-grande-novidade-da-laudato-si-nem-a-onu-produziu-um-texto-desta-natureza-entrevista-leonardo-boff/>; acesso em: 07/10/2020.

¹⁴ Entre os participantes os maiores destaques eram dos economistas vencedores de prêmios Nobel, respectivamente, de Economia (2001), o estadunidense Joseph Stiglitz; e da Paz (2006), o bengali Muhammad Yunus.

¹⁵ Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594766-carta-de-clara-e-francisco-direto-do-brasil-para-o-encontro-mundial-em-assis>; acesso em: 18/07/2020

Mas em vez do chamado espírito pacífico de Assis, o catolicismo brasileiro vivenciou durante os sete primeiros anos do pontificado de Francisco, assim como grande parte do país, uma grande clivagem político-ideológica. Esta teve início nas massivas manifestações de 2013, de modo a prosseguir no processo eleitoral do ano seguinte, ganhando grande impulso durante a crise e derrubada do governo de Dilma Rousseff e perpassando o pleito vencido por Bolsonaro, assim como seu governo.

Com sementes no integralismo das décadas de 1920 e 30 - que ensejou o surgimento, em 1960, da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a TFP (Caldeira; Toniol, 2020), formou-se, a partir dos anos 1990, um segmento do catolicismo nacional com fortes posições políticas de direita, amalgamando lideranças de grupos bastante conservadores do Opus Dei e, principalmente, da Renovação Carismática Católica (RCC). Tal segmento católico se somou ao dos evangélicos, sobremaneira pentecostais e também de espíritas kardecistas (embora estes com escassa atuação político-partidária) na composição de uma “tropa de elite cristã” (Machado, 2015, p. 54-59), ou seja, uma expressiva *direita cristã* brasileira.

Essa direita cristã foi bastante mobilizada no processo que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, com vários votos parlamentares declarados “em nome Deus” (Prandi; Carneiro, 2018) e também na eleição de Jair Bolsonaro, cuja campanha teve forte apelo religioso¹⁶. Se o peso dos evangélicos foi bastante importante para a vitória presidencial do ex-capitão do Exército - obtendo 70% dos votantes desse contingente religioso - o mesmo não se deu em relação aos católicos. Conforme levantamento do Instituto Datafolha, feito três dias antes do segundo turno, Bolsonaro teve 59% dos votos evangélicos contra apenas 26% do seu oponente, o petista Fernando Haddad; já entre os católicos os números foram, respectivamente: 44% e 43%.

E a desproporção de apoio entre evangélicos e católicos prosseguiu no início do governo. Na primeira semana de abril de 2019, o mesmo instituto aferiu o grau de satisfação populacional, após três meses de gestão do presidente eleito, mostrando que apenas 17% dos que votaram nele haviam se arrependido do voto. Entre estes, 22% eram católicos e 12% eram evangélicos.

No mês seguinte, houve eleição durante a 57ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada na cidade de Aparecida e caracterizada pela tensão do clero com o governo federal devido à sua proposta de Reforma da Previdência - que viria a ser aprovada em 10 de julho - e pelos preparativos católicos do

¹⁶ Mencionando, por ora, apenas os católicos, chamo atenção para o apoio recebido por ele do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro dom Orani Tempesta e do líder da Comunidade de Aliança e Vida Canção Nova, monsenhor Jonas Abib. Cabe dizer, entretanto, que as lideranças evangélicas pentecostais o apoiaram em maior volume e de modo mais incisivo.

Sínodo da Amazônia. Embora os nomes dos conservadores cardeais das maiores arquidioceses brasileiras, dom Orani Tempesta e dom Odilo Scherer, respectivamente, do Rio¹⁷ e de São Paulo, tenham sido bastante cogitados, a presidência da entidade episcopal brasileira acabou ficando com o moderado arcebispo de Belo Horizonte, dom Walmor Oliveira de Azevedo. Tanto as posições do eleitorado católico em relação a Bolsonaro quanto o resultado na CNBB indicam influência de Francisco no país.

Porém, o segmento católico com explícito posicionamento político de direita, identificado sobremaneira com a RCC, manteve a fidelidade a Bolsonaro, que, ainda em novembro de 2018, poucos dias após ser eleito, visitou em Aparecida e na cidade próxima Cachoeira Paulista Jonas Abib e outro expoente do catolicismo carismático, o padre jesuíta Eduardo Dougherty. Ambos são fundadores e líderes de duas das maiores redes televisivas católicas, respectivamente: Canção Nova e Século 21. E em 21 de maio de 2019, clérigos e representantes destas e de outras redes de TV católicas¹⁸ se reuniram remotamente, devido à pandemia, com o presidente da República para estabelecerem um acordo de apoio a seu governo, então pouco popular, veiculando “mídia positiva” em troca de verbas da Secretaria de Comunicação (SECOM). Tal reunião, mediada por parlamentares com militância católica, se tornou pública apenas no mês seguinte, através de jornais de circulação nacional, gerando bastante repercussão negativa. A Província dos Jesuítas no Brasil emitiu nota afirmando que Dougherty agira apenas por interesse próprio e da sua emissora, ressaltando o não vínculo dela com a Companhia de Jesus. E a CNBB, por sua vez, também publicou nota condenando “barganhas” e sublinhando que as emissoras não falam em nome da entidade de bispos e tampouco da Igreja Católica no país como um todo (Placeres, 2020, p. 145-153). Além disso, também a congregação dos Redentoristas, responsável pela basílica nacional e pela TV Aparecida - se manifestou contrariamente, assim como fizeram: o bispo da amazonense prelazia de Itacoatiara, dom José Lisboa de Oliveira e alguns padres de várias dioceses em diferentes estados, recomendando até que católicos deixassem de assistir tais emissoras.

Já em julho de 2020 e talvez impulsionado, em parte, pela mobilização das emissoras católicas, o protesto de clérigos contra o governo Bolsonaro voltou a aparecer com bem mais força mediante a divulgação de uma carta com críticas à promoção governamental de uma “economia que mata”. Tal manifesto foi assinado por 152 bispos e arcebispos, estando entre eles: o cardeal emérito de São Paulo dom Claudio Hummes, o

¹⁷ Vale lembrar que Scherer foi concorrente de Mario Jorge Bergoglio no conclave que fez deste o papa Francisco em 2013.

¹⁸ Das nove emissoras católicas do país, apenas três não participaram, sendo que ao menos uma deste trio é grande: a TV Aparecida. Entre as outras, além das já mencionadas, o destaque é da maior, nacionalmente, entre todas: a Rede Vida de Televisão.

arcebispo de Belém dom Alberto Corrêa e o arcebispo de Manaus e ex-secretário geral da CNBB dom Leonardo Ulrich. Inicialmente pensada para ser publicada pela CNBB, a “Carta ao Povo de Deus” foi analisada pelo Conselho Permanente da entidade episcopal, que optou por não a assumir institucionalmente, algo que gerou críticas em parte do clero nacional. Em reação a isso outra carta foi divulgada, no mesmo mês, em apoio ao manifesto dos prelados, sendo esta assinada por 1058 padres e diáconos¹⁹. Houve também coleta de assinaturas em apoio, da parte de leigos de algumas dioceses espalhadas nacionalmente, algo que, entretanto, não teve a mesma visibilidade.

A carta dos bispos de 2020 fez lembrar outros documentos parecidos e importantes, publicados em 1973, durante o período mais duro do regime militar. Em maio daquele ano, 18 bispos e superiores religiosos do Nordeste divulgaram a carta “Ouvi os Clamores do Meu Povo” contendo fortes críticas ao governo federal, com bastante repercussão internacional (Oliveira, 2015). No mesmo mês e ainda em dezembro daquele ano, foram propagados, também internacionalmente, outros dois textos de prelados, desta vez das regiões Centro-Oeste e Norte, intitulados, respectivamente: “A Marginalização de Um Povo: o Grito das Igrejas” e “Y-Juca Pirama - o Índio: Aquele que Deve Morrer” (Mainwaring, 1989, p. 114). Se na região nordestina o líder dessa mobilização foi o cardeal e então arcebispo de Recife e Olinda, dom Hélder Câmara, que havia sido o principal articulador da formação da CNBB em 1952; na centro-norte foi o bispo da prelazia de São Félix do Araguaia-MT, bem como um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário (CIMI - 1972) e também da Comissão Pastoral da Terra (CPT - 1975): dom Pedro Casaldáliga.

O falecimento de Casaldáliga, aos 92 anos, em 8 de agosto de 2020, também fez rememorar tais documentos, além de causar bastante comoção no segmento católico progressista, com muitas manifestações de pesar inclusive da parte de lideranças políticas de esquerda. Foi lembrado no mesmo dia, pelo *Vatican News*²⁰, que Francisco citou um dos poemas de Casaldáliga na Exortação Apostólica Pós-sinodal “Querida Amazônia”, publicada em 12 de fevereiro de 2020. Ameaçado de morte algumas vezes, o bispo catalão radicado no Brasil foi protegido pelo então papa Paulo VI durante a ditadura militar brasileira. O paralelo com aquele regime se faz presente devido à verdadeira apologia do regime militar feita por Bolsonaro e outros integrantes de seu governo, assim

¹⁹ Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/601435-mais-de-mil-padres-assinam-carta-de-apoio-a-carta-ao-povo-de-deus-dos-bispos-uma-leitura-lucida-e-corajosa-da-realidade-atual>; acesso em: 10/10/2020.

²⁰ Disponível em <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2020-08/falecimento-dom-pedro-casaldaliga-92-anos-batatais-sao-paulo.html>; acesso: em 12/10/2020.

como de suas práticas autoritárias, sendo, desta vez, o pontífice argentino o grande contraponto internacional.

O embate entre Bolsonaro e Francisco também se deu no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), especificamente da 75ª Assembleia Geral da entidade, ocorrida online em setembro de 2020. Tal confronto teve como cerne, outra vez, a Amazônia, que padecia de intensas queimadas, tal como o Pantanal, mediante explícita negligência e até anuência do governo brasileiro. Como abertura da assembleia, no dia 22, foi exibido o discurso gravado pelo presidente brasileiro no qual ele culpou índios e caboclos pelo incêndio amazônico e afirmou que o Brasil é líder na conservação de florestas tropicais. Seu pronunciamento foi duramente criticado por organizações ambientalistas, com destaque para: Greenpeace, Observatório do Clima e Global Forest Watch. Por sua vez, o pontífice, que teve seu discurso exibido no dia 25, relembrou o problema do aquecimento global e ressaltou a perigosa situação da Amazônia e dos povos indígenas que lá vivem. Afirmou ainda que a crise ambiental é intimamente ligada à crise social, sendo necessário auxiliar os segmentos mais pobres e vulneráveis, que são os mais atingidos.

Como dito na introdução deste artigo, para compreendermos a influência do pontificado de Francisco sobre o catolicismo nacional é necessário observar com atenção também determinados pontos: os político-partidários, da outra grande vertente religiosa do país que é a dos evangélicos. Neste sentido, interessa-nos, particularmente, os *aspectos políticos* deste segmento a fim de que possamos, mediante o conjunto de dados reunidos, formar um quadro com elementos suficientes para a razoável análise sociológica.

O engajamento político dos evangélicos e relevantes desdobramentos

Como se sabe, foi a partir da década 1980 que os evangélicos pentecostais, puxados pela Assembleia de Deus (AD), abandonaram o tradicional apolitismo, buscando combater o que interpretavam como privilégios católicos, tendo sido marco nesse processo a mobilização para eleger representantes na Assembleia Constituinte de 1986. Para tal empreitada foi adotada a estratégia do “candidato oficial da igreja”. Isso fez com que o número de deputados federais saltasse de dois para dezoito na legislatura iniciada em 1987 (Freston, 1993).

O engajamento da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) na política partidária fez com que essa denominação dividisse com a AD, em grande medida, o protagonismo evangélico, não só no Congresso Nacional, mas também em muitas câmaras municipais e assembleias legislativas (Burity; Machado, 2006; Batista, 2009). Atualmente, de acordo com dados disponibilizados pelo site oficial da Câmara dos

Deputados²¹, a Frente Parlamentar Evangélica é composta por 195 deputados e 8 senadores, respectivamente, 38% e 10% dos representantes totais de cada casa legislativa.

Braço político da IURD, o Partido Republicano Brasileiro (PRB) adotou o pragmatismo que caracteriza aquela igreja (Mariano, 1999) e figurou entre as principais legendas aliadas do PT, desde o início do primeiro governo Lula até próximo do final antecipado do governo Dilma, em 2015. Pragmaticamente ainda, mudou de nome para partido Republicanos em 2019. O principal membro dessa legenda e também um dos protagonistas da política partidária evangélica no país é Marcelo Crivella. Sobrinho do líder iurdiano Edir Macedo, ele é bispo licenciado daquela denominação, foi senador pelo Estado do Rio de Janeiro entre 2003 a 2017, ministro da Pesca e da Agricultura do governo Dilma, entre 2012 e 2014, e prefeito carioca entre 2016 e 2020²², tendo sido um dos apoiadores do impeachment no ano em que conquistou a prefeitura do Rio.

Outro representante destacado da política partidária evangélica é o pastor e deputado federal paulista pelo partido Podemos, Marco Feliciano, ligado à igreja Catedral do Avivamento, uma ramificação da AD. Enquanto fazia parte do Partido Social Cristão (PSC), legenda com forte identificação assembleiana, Feliciano presidiu, durante o ano de 2013, a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, onde teve atuação bastante polêmica, sobremaneira em relação à defesa da chamada “cura gay”²³.

Em 2014, o PSC havia apresentado Everaldo Dias Pereira, o assembleiano Pastor Everaldo, como candidato à Presidência da República, que teve baixa votação²⁴. No mesmo ano, os parlamentares evangélicos se engajaram fortemente no embate contra seus pares de esquerda sobre o Plano Nacional de Educação, tendo como alvo a igualdade de gênero e a orientação sexual nas escolas. Tal debate se intensificou, resultando projetos de lei voltados para a implementação do programa Escola sem

²¹ Disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>; acesso em: 25/10/2020.

²² Sua gestão foi marcada por controvérsias, principalmente a interferência de interesses denominacionais abarcando: redução de recursos para o Carnaval carioca, acusações de uso de funcionários públicos municipais para obras iurdianas e favorecimento no atendimento de saúde pública por membros da sua igreja (Camurça, 2020).

²³ Disponível em <https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1297075-proposta-sobre-cura-gay-e-aprovada-em-comissao-presidida-por-feliciano.shtml>; acesso em: 09/10/2020.

²⁴ No mês de agosto de 2020, Everaldo viria ser preso sob acusação de desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e corrupção, como resultado de uma operação da Polícia Federal no Rio de Janeiro, a mesma que levou ao afastamento do cargo de governador Wilson Witzel (PSC-RJ), que veio a sofrer impeachment na sequência. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/28/pastor-everaldo-e-preso-em-operacao-que-afastou-witzel-do-governo-de-rj.ghtml>; acesso em: 26/10/2020.

Partido, que consiste basicamente em censura ideológica a professoras no exercício da profissão (Machado, 2018; Mariano; Gerardi, 2019, p.70).

Anteriormente, os parlamentares evangélicos haviam iniciado o confronto com os políticos de esquerda, em 2006, motivados por projetos do governo Lula de combate à homofobia e busca de descriminalização do aborto, no âmbito do terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Isso foi reforçado durante a gestão Dilma em acusações dos parlamentares cristãos - evangélicos e católicos também - ao governo petista de disseminar a chamada ideologia de gênero. O “kit gay”, material didático de nome Caderno Escola sem Homofobia foi classificado pelos acusadores como fomento à homossexualidade e “destruição da família”, sendo isso propagado, principalmente, pelo então deputado federal pelo Partido Progressista (PP), Jair Bolsonaro, que passaria, em 2016, para o PSC e, em 2017, para o Partido Social Liberal - PSL (Machado, 2018; Mariano; Gerardi, 2019).

A relação entre evangélicos e antipetismo pode ser personificada na ação do então deputado Eduardo Cunha (MDB), da igreja Sara Nossa Terra, enquanto ocupava a presidência da Câmara Federal, na condução do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Durante a votação do impedimento, a bancada evangélica teve adesão massiva (89% a favor), declarando seus votos com bastante apelo religioso cristão (Prandi; Carneiro, 2018).

Ao assumir a Presidência da República, Michel Temer passou a fazer um governo com forte aproximação com os evangélicos, cuja frente parlamentar contava com 199 membros (39% do total). A primeira medida dele no cargo, simbolicamente, foi reunir-se com alguns membros de tal frente e receber uma oração em prol do governo²⁵.

A eleição presidencial de 2018 teve como pano de fundo o crescimento das taxas de desemprego e desigualdade, a grande desaprovação a Temer e a polêmica condenação e prisão do ex-presidente Lula. No entanto, os principais aspectos do período eleitoral foram o antipetismo (e também anticomunismo), o fortalecimento da extrema direita e o disparo massivo de *fake news*, muitas delas com apelo cristão em “defesa da família”. Entre as lideranças evangélicas que apoiaram enfaticamente Bolsonaro, destacam-se: 1) Silas Malafaia (AD Vitória em Cristo), que chamou de “canhão digital” o uso da influência nas redes sociais contra o candidato do PT; 2) Robson Rodovalho, ex-deputado federal e líder da Sara Nossa Terra, que empunhou fortemente a bandeira antiaborto; 3) Edir Macedo, que, através da Rede Record de Televisão - de sua propriedade - beneficiou Bolsonaro com participações em programas,

²⁵ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/08/opinion/1465385098_545583.html; acesso em: 13/10/2020.

inclusive uma “sabatina amigável”²⁶, uma vez que o candidato se recusou a participar de outras sabatinas e debates. Ressalta-se ainda que Macedo conduziu um culto em prol do presidente eleito no início do seu governo (Mariano; Gerardi, 2019).

Uma vez empossado, Bolsonaro distribuiu cargos ministeriais e de segundo escalão entre os integrantes de grupos cujo apoio lhe foi importante para a vitória. Representando o segmento evangélico, o destaque foi de Damares Alves no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, pasta que lida com a estratégica questão da moral sexual e familiar. Pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular e ligada também à Igreja Batista da Lagoinha, de Belo Horizonte, Damares se tornou a figura mais popular do governo. Além dela, outros dois pastores, ambos presbiterianos, assumiram ministérios posteriormente: André Mendonça (Justiça) e Milton Ribeiro (Educação).

A relação entre denominações e grupos evangélicos com o presidente²⁷ se fortaleceu com o passar do tempo. Isto porque os evangélicos têm no governo Bolsonaro um meio de instrumentalização política para benefícios próprios, sobremaneira isenções fiscais, além da realização de cruzadas contra seus opositores (Mariano; Girardi, 2019).

Considerações finais

É inegável a influência que o simbolismo e a efetividade das ações do papa Francisco vêm tendo sobre um parcela do mundo, sobretudo quanto à questão ambiental, à moral sexual e familiar - com notórios gestos de tolerância acolhedora a divorciados e homossexuais - e também à desigualdade social. Bergoglio extrapola bastante os limites do catolicismo, falando com eloquência também para segmentos não religiosos, o que fez dele atualmente um grande ator político mundial²⁸. Neste sentido, com sinais trocados, Francisco relembra João Paulo II, que agiu politicamente de modo bastante forte, não só contra os governos dos países liderados pela então União Soviética, mas também em oposição aos segmentos católicos politizados de esquerda na América Latina (Della Cava, 1985).

A prática do pontífice argentino teve certo peso no processo eleitoral de seu país em 2019 e, de algum modo, influenciou também no da Bolívia no ano seguinte, sendo dos

²⁶ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/05/politica/1538709789_434443.html; acesso em: 17/10/2020.

²⁷ Um marco disso foi o batismo simbólico dele, em 2016, feito pelo pastor Everaldo no israelense rio Jordão, algo que levou muitos evangélicos pentecostais - segmento com baixo nível de renda e escolaridade - a pensarem que o católico Bolsonaro havia aderido à sua religião.

²⁸ Isso, a despeito de suas posições consideradas conservadoras por grande parte do segmento político internacional de esquerda, condenando a liberação do aborto e da eutanásia, por exemplo, mas em pleno acordo com estrutura clerical católica.

territórios nacionais com mais de 70% de sua população católica²⁹. Embora os Estados Unidos constituam um país onde o catolicismo é minoritário (22,7%), cabe apontar uma pequena ou relativa influência também no processo eleitoral lá, ocorrido em 2020. Referimo-nos à nomeação do cardeal arcebispo de Nova York, Wilton Gregory, em 25 de outubro desse ano. Além de ser o primeiro cardeal negro afro-americano, Gregory se tornou uma figura nacional em 2020, clamando por diálogo para conter o conflito após o assassinato filmado, por asfixia, do jovem também negro, George Floyd, pela polícia da cidade de Minneapolis em maio, algo que desencadeou manifestações com a insígnia “vidas negras importam”. O arcebispo confrontou ainda mais o notoriamente racista Trump, no mês seguinte, ao criticar o fato de um templo católico ter sido usado pelo presidente para uma sessão de fotos³⁰.

No Brasil, Francisco não foi capaz de exercer a mesmo grau de influência que este teve na Argentina e na Bolívia nas eleições presidenciais de 2018, vencidas por Jair Bolsonaro com o apoio de alguns grupos desse segmento religioso, sobretudo, a Renovação Carismática, mas, principalmente, dos evangélicos pentecostais. Estes vêm atuando fortemente na política partidária de modo a eleger representantes de igrejas nas casas legislativas, aprovar leis, conquistar políticas públicas e atuar de modo significativo também no Poder Executivo, especialmente no governo federal conduzido pelo extremista de direita. Entretanto, cabe dizer, Bolsonaro fracassou nas eleições municipais brasileiras de 2020 pelo fato de a grande maioria de candidatos a prefeitos e também vereadores apoiados por ele ter sido derrotada.

Uma espécie de confronto com Bolsonaro parece marcar a influência do atual papa no Brasil, sendo que seu posicionamento político havia se mostrado evidente já na recusa dele em voltar ao país, então governado por Michel Temer, por ocasião do terceiro centenário de Aparecida, em 2017. Tal embate de Francisco com o atual presidente da República se evidenciou durante a preparação e a realização do Sínodo da Amazônia. E teve reflexos em atitudes expressivas de um conjunto amplo de clérigos brasileiros, redigindo contundentes cartas coletivas que lembraram outras publicadas no período mais duro do regime militar. Embora tenha se recusado a assumir institucionalmente tais manifestos, a CNBB - que quase voltou às mãos de bispos muito conservadores em eleição interna - prossegue assumindo posições bastante críticas em relação ao governo

²⁹ Disponível em <https://www.pewforum.org/2014/11/13/religion-in-latin-america/>; acesso em: 05/10/2020. Há que se registrar, porém, que sua postura em relação ao aborto não foi capaz de evitar que a Câmara dos Deputados da Argentina o autorizasse em 11 de dezembro de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/12/camara-dos-deputados-da-luz-verde-para-nova-lei-do-aborto-na-argentina.shtml>; acesso em 11/12/2020.

federal. Tais fatores denotam certa influência, sobremaneira política, de Francisco não apenas no catolicismo, mas no país, como um todo.

Referências bibliográficas

- BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo, Instituto Metodista Izabela Hendrix e Annablume, 2009.
- BETIATO, Mario Antonio. *Papa Francisco: a semântica missionária de uma igreja em saída*. Tese de doutorado em teologia. Curitiba, PUCPR, 2018.
- BINGEMER, Maria Clara L. *Dom Oscar Romero. Mártir da libertação*. Rio de Janeiro/São Paulo; PUC-Rio/Santuário, 2012.
- BURITY, Joanildo & MACHADO, Maria das Dores Campos (Orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Ed. Massangana, 2006.
- CALDEIRA, Rodrigo Coppe; TONIOL, Rodrigo. Catolicismo eclipsado. *Saída pela Direita Blogfolha*, 31/07/2020. Disponível em: <https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2020/07/31/artigo-mostra-importancia-do-catolicismo-para-ascensao-do-conservadorismo-no-brasil/>
- CAMURÇA, Marcelo. Igreja Universal do Reino de Deus: entre o “plano de poder” e a lógica de minoria perseguida. *Religião e Sociedade*, v. 40, n1, 2020, p. 43-66.
- CAMURÇA, Marcelo; CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília Loreto 2009. *Novas comunidades católicas: em busca do espaço pós-moderno*. Aparecida, Ideias e Letras, 2009.
- DANTAS, José Erivaldo. *O conceito de “Igreja em saída” como princípio hermenêutico do pensamento do Papa Francisco*. Dissertação de mestrado em ciência da religião. São Paulo, PUC-SP, 2019.
- DELLA CAVA, Ralph. A ofensiva vaticana. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, V. 12, n.3, 1985, p. 38-83.
- ELLWANGER, Tiana Maciel. *Jornadas de junho: 5 anos depois*. Rio de Janeiro, Autografia Editora, 2018.

³⁰ Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/25/papa-nomeia-13-novos-cardeais-entre-eles-o-primeiro-negro-dos-eua-a-receber-nomeacao.ghtml>; acesso em: 25/09/2020.

- FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao Impeachment*. Tese de doutorado em sociologia. Campinas, Unicamp, 1993.
- GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da libertação: perspectivas*. São Paulo, Loyola, 2000.
- JINKINGS, Ivana. Apresentação: o golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (Orgs.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2016, p. 11-14.
- LOPES, Mauro (Org.). *Lula e a espiritualidade: oração, meditação e militância*. Curitiba, Kotler, 2019.
- LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- LÖWY, Michael. Considerações sobre o Papa Francisco. *A Terra Redonda*, 01/03/2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/consideracoes-sobre-o-papa-francisco/>
- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Igreja Universal: uma organização providência*. In: ORO, Ari Pedro; CORTEN, André.; DOZON, J. P. (Org.). *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo, Paulinas, 2003. p. 303-320.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018, p. 447-463.
- MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*, n. 120, 2019, p. 61-76.
- MAINWARING, Scott. *Igreja católica e a política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, Maria Alessandra Prado de. *“Eu ouvi os clamores do meu povo”: análise de um documento eclesial e suas repercussões*. Dissertação de mestrado em ciências da religião. Recife, Unicap, 2015.
- PAPA FRANCISCO. *Carta encíclica Laudato si: sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo, Paulinas, 2015.
- PIQUÉ, Elisabetta. *Papa Francisco: vida e revolução*. São Paulo, Leya, 2014.
- PLACERES, Giuliano. *O intercâmbio político entre parlamentares e as emissoras paulistas televisão católica*. Tese de doutorado em sociologia. São Carlos, UFSCar, 2020.

- PASSOS, João Décio. A teologia de Puebla: lutas, ambiguidades e continuidades. *Horizonte*. v. 17, n. 54, 2019, p. 1386-1407.
- PRANDI, Reginaldo. *Um sopro do espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático*. São Paulo, Edusp e Fapesp, 1997.
- PRANDI, Reginaldo; SOUZA, André Ricardo de Souza. A carismática despolitização da Igreja Católica. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João L. Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 33, 2018, p. 1-22
- PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William. Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 5, 2015, p. 351-379.
- RIBEIRO, Célia Maria. *O espírito do pastor: a espiritualidade inaciana no ministério do Papa Francisco*. Doutorado em ciência da Religião, São Paulo, PUC-SP, 2018.
- SILVA, Mariane de Almeida. *Colegialidade: experiência de Jorge Mario Bergoglio e sua influência no pontificado de Francisco*. Dissertação de mestrado em teologia. São Paulo, PUC-SP, 2018.
- SOUZA, André Ricardo de. *Igreja in concert: padres cantores, mídia e marketing*. São Paulo, Annablume e FAPESP, 2005.
- SOUZA, André Ricardo de. Pilares da Economia de Francisco e Clara e o enfrentamento da profunda crise. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 1, 2020, p. 367-377.
- TAMAYO, Juan-José. Medellín: del cristianismo colonial al cristianismo liberador. *REVER*, v. 18, n. 2, 2018, p. 13-34.